



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PETRÓPOLIS**  
**Gabinete do Prefeito**

**GP Nº** 025/2022

Petrópolis, 17 de janeiro de 2022.

Senhor Presidente,

Acuso o recebimento do Ofício PRE LEG 0727/2021, com Autógrafo de Lei do Projeto de Lei Substitutivo CMP 9762/2021 que “**SUBSTITUTIVO TOTAL AO PROJETO DE LEI 8320/2021**”, de autoria do Vereador Maurinho Branco, aprovado em reunião realizada em 16 de dezembro de 2021.

Ao restituir cópia do Autógrafo, comunico que VETEI totalmente o referido Projeto, consoante as razões em anexo.

Na oportunidade, reitero protestos de estima e consideração.

**RUBENS BOMTEMPO**  
Prefeito

Exmo. Sr.

**VEREADOR HINGO HAMMES**

DD. Presidente da Câmara Municipal





**PREFEITURA MUNICIPAL DE PETRÓPOLIS**  
**Gabinete do Prefeito**

RAZÕES DE VETO AO PROJETO DE LEI Nº  
9762/2021, DE AUTORIA DO SENHOR  
VEREADOR MAURINHO BRANCO -  
**“SUBSTITUTIVO TOTAL AO PROJETO DE  
LEI 8320/2021”.**

Apesar da importância da matéria de que se ocupa o referido Projeto, fui levado à contingência de vetá-lo em virtude de ocorrência de inconstitucionalidade por vício de iniciativa.

Dispõe o art. 2º da Constituição da República que: “São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário”. No mesmo sentido, é o art. 7º da Constituição do Estado do Rio de Janeiro.

Neste mesmo sentido, o art. 60, da Lei Orgânica do Município, dispõe sobre o rol de iniciativas exclusivas do Prefeito.

A proposta legislativa apresenta inconstitucionalidade por vício de iniciativa, visto que cria atribuições e despesas ao Poder Executivo, interferindo na organização e funcionamento da Administração ao legislar sobre matéria de competência privativa do Prefeito, ferindo o Princípio da Separação e Harmonia dos Poderes.

Isso porque o projeto apresentado interfere nas atribuições das secretarias de Educação, Assistência Social e Saúde, bem como cria despesas para o Poder Executivo, ferindo a autonomia dos entes federativos prevista no art. 18 da carta Política.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PETRÓPOLIS**  
**Gabinete do Prefeito**

Nesse sentido, a Lei Orgânica do Município preceitua que são de iniciativa privativa do prefeito as Leis que disponham sobre as atribuições das secretarias e órgãos da administração pública local e que compete privativamente ao Prefeito dispor sobre a organização, funcionamento e despesas do Município.

Desse modo, é inconstitucional lei de origem do Poder Legislativo que cria obrigação ao Poder Executivo, bem como interfere na gestão administrativa e, ainda, aumenta as despesas, por ser matéria de competência privativa do Prefeito Municipal.

O Poder Executivo, através dos órgãos competentes, já realiza políticas públicas de acompanhamento do crescimento e desenvolvimento infantil, imunização infantil de doenças prevalentes, combate à desnutrição e anemias, incentivo a alimentação saudável e ao aleitamento materno, preventivas do sobrepeso e obesidade e para diminuição do índice de mortalidade infantil, não somente as crianças regularmente matriculadas nas creches municipais e conveniadas, mas à todas as crianças do Município.

Padece de inconstitucionalidade formal, por vício de iniciativa, lei municipal proposta pelo Poder Legislativo que torna obrigatória novas atribuições ao Executivo, porquanto compete ao Chefe do Poder Executivo, privativamente, dispor sobre a organização e funcionamento da administração municipal, de modo que a lei impugnada viola a Constituição Federal, Estadual e a Lei Orgânica do Município.

Desse modo, face as limitações impostas pelo ordenamento constitucional, o legislador municipal não possui liberdade absoluta para legislar.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PETRÓPOLIS**  
**Gabinete do Prefeito**

Destarte, a eventual ofensa a este princípio pelo Poder Legislativo inquina o ato normativo de nulidade, por vício de inconstitucionalidade formal, em razão da indevida ingerência na esfera de competência exclusiva do Poder Executivo Federal.

Consoante as razões acima, não cabe ao Legislativo editar lei municipal de competência exclusiva do Poder Executivo.

Apesar da importância da matéria de que se ocupa o referido Projeto, o autógrafo de lei em comento tem caracterizado o vício de iniciativa e flagrante inobservância a legislação Federal, Estadual e Municipal, o que me obriga, por força legal, a apresentar o veto total.

Por oportuno, informo que devido ao assunto de que trata o referido projeto de lei ser de relevante interesse social, o mesmo será objeto de análise por parte do Poder Executivo.

Assim, decidi vetar o Projeto ora encaminhado à deliberação dessa Egrégia Casa Legislativa.

**RUBENS BOMTEMPO**

Prefeito